

Editorial 62 – Desenvolvimento

Por: Agostinho Mateus

Independentemente de ser de direita ou de esquerda, o esforço de qualquer Governo deveria, sempre, visar a obtenção e manutenção do bem-estar social.

As vezes olho para o que deveria e poderia ter sido feito depois do fim da guerra e da explosão do preço do petróleo, e me pergunto: será que os fazedores da política económica angolana só sabem gerir escassez e têm dificuldade com a abundância? Em tempo de guerra, com o petróleo a rondar a casa dos 10,00 USD/barril o país se aguentou sem que as pessoas fossem procurar o que comer nos contentores de lixo!! Por que é que não acertamos quando tivemos biliões de dólares? será que foi por conta de uma má leitura das estatísticas? Crescer a 2 dígitos é interessante. Porém, crescer a 2 dígitos de pouquíssimo é quase nada se comparado com o crescimento de 1 dígito de muito. Talvez se diga, e com alguma razão, que é por conta da corrupção que falhamos. Mas, sinceramente, acho que a situação é mais profunda. Afinal, como explicar que pessoas bem formadas académica e profissionalmente, pessoas que percebem a dinâmica e a movimentação dos recursos no mundo, que sabem o quanto isso prejudica o sistema financeiro do país, coloquem os muitos milhões de divisas lá fora, alguns até em contas a ordem, e obtenham a nacionalidade daqueles países, ao invés de investirem cá? Esse comportamento pode indicar apenas uma consequência de uma causa bastante profunda.

Parece que no geral capitalizou-se algo muito ruim contra o país na mente de muitos angolanos. Poderia ter sido capitalizado o conhecimento, mas esse não parece ter sido o caso. Os saldos nas subcontas da conta de rendimentos primários na Balança de Pagamentos, assim o demonstram.

Veja-se que quase todas as pessoas que emigraram à procura de melhores condições, não mandam dinheiro para cá! Preferem chamar a família e viverem lá, nalguns casos em condições muito duras, ainda assim, lutando para conseguirem residência e de seguida a nova nacionalidade! Não as sentencio, apenas reflecto.

Reflecto sobre países como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Portugal e até mesmo a China e outros, que obtêm muitas divisas através das suas comunidades no exterior. Ou seja, aqueles emigram para irem a busca de recursos que lhes permitam ter uma vida mais digna nos seus países de origem onde sonham viver a sua velhice. Mas entre nós isso não parece acontecer. Não raro, encontram-se pessoas em idade para reforma a planear passar a sua velhice fora do país! Então a situação é mais profunda. Precisa de ser analisada e discutida... será que se está a perder o sentimento de pertença pelo país? Desde quando é que isso começou e porquê?

A ciência económica, na sua essência, não é assim tão difícil de se perceber e aplicar.

Há já largos meses o petróleo está num preço acima do previsto no OGE, dando a oportunidade de se melhorar as finanças públicas; mas as reservas internacionais vão diminuindo e a dívida nem por isso.

Com a folga que se vai tendo, tal como no passado, está-se a optar por gastar mais com a importação de bens alimentares do que com capital. Ou seja, está-se a optar novamente pelo consumo e não pelo investimento! A atenção continua sendo dada as questões conjunturais!

No presente, medidas estratégicas são difíceis de decifrar. Afinal, parece que tudo continua a ser prioritário. Isso é preocupante; pois, não é possível fazer-se tudo no curto/médio prazo, por mais forte que seja o desejo.

A “abundância” gerada pela folga orçamental, essa sim, é relativa. Pois não é tanta que possa resolver tudo e nem é sustentada para que se deposite nela alguma confiança.

Os recursos são sempre escassos.

Os principais problemas de que padecemos hoje, encontram solução no médio/longo prazo e, por limitações no ambiente de negócios, já vamos muito atrasados. É preciso promover o crescimento e, no nosso caso, isso faz-se por via do investimento à produção e não ao consumo e muito menos através do aumento dos gastos públicos.

Então olho para o futuro e volto a me perguntar: Depois dessas últimas eleições, será que o Governo terá a coragem de dar atenção aos problemas estruturais cujos resultados poderão ser visíveis apenas no médio/longo prazo (eventualmente depois desse mandato) ou correrá para “resolver” os problemas conjunturais já que são esses que em princípio garantem a reeleição?

Como é que se vai conseguir o bem-estar social sem crescimento sustentado?

A nossa capacidade produtiva é minúscula: falta capital (máquinas e equipamentos), mão-de-obra qualificada (conhecimento) e tecnologia (metodologias de produção mais eficientes).

Talvez se encontrem soluções menos desastrosas no curto prazo enquanto se constroem soluções de médio/longo prazo. Por exemplo, para o capital, pelo facto de o período de “abundância” não depender da vontade dos angolanos, e não haver, por uma questão de sustentabilidade, possibilidade racional de um contínuo endividamento, a solução definitiva só pode ser no médio/longo prazo.

Numa primeira fase, a possibilidade de obtenção de capital talvez passe pelo incentivo ao investimento massivo privado angolano. Mas, ao que parece, a maioria dos capitalistas angolanos foram adjetivados e perderam ou estão ameaçados de perderem os capitais/riquezas caso participem em algum concurso ou tomem alguma iniciativa empresarial. Justificar como é que ficaram ricos ainda é “muito difícil”.

Contudo, não seria boa ideia deixar que a minoria que eventualmente “consegue justificar” a sua riqueza/capitais seja a única a investir, sob pena de tudo ir parar novamente nas mãos de uns poucos.

Uma Bolsa de Valores proactiva na criação de mercados específicos e de condições de fácil acesso aos mesmos, de acordo com a fase do desenvolvimento da nossa economia, daria certamente um contributo valioso.

Numa segunda fase, não sendo possível por via do investimento privado angolano, olha-se para o investimento directo estrangeiro. No entanto, sem uma política clara sobre a titularidade da propriedade, em especial da fundiária, parece difícil. A ser resolvida a situação da titularidade, eventualmente com a entrada em vigor do Simplifica 2.0, significaria ter de se titular grandes parcelas de terreno a favor de estrangeiros, para que, com projectos de deslocamento de pequenas e médias unidades industriais recondiçionadas/novas de várias partes do mundo, se instalem no território angolano e criem condições para o crescimento da produção interna no sector da agroindústria. Dessa forma, é provável que se reduza no médio prazo o défice de oferta de grãos assim como de outros produtos agrícolas e seus derivados, em especial os com ciclos de produção curtos.

Pelo mesmo processo poder-se-ia alavancar a indústria extractiva, inclusive, com a possibilidade de exploração de outros minérios até agora inexplorados ou com exploração irrelevante para as contas públicas.

Porém, todas as hipóteses acima apresentadas exigem uma abordagem integrada.